

Dados parecem indicar que o pior ficou para trás

São inegáveis os sinais de mudança de humor na economia. Os dados disponíveis, embora ainda incipientes, parecem indicar que o pior da crise econômica ficou para trás. Há indicadores que alimentam a esperança de que a retomada do crescimento já teve inicio ou está próxima de acontecer.

O ânimo que começa a tomar conta dos empresários foi reforçado pela divulgação da taxa de inflação de janeiro, que ficou em 0,38%, o mais baixo para o mês da série histórica do IBGE. O indicador é importante por, pelo menos, dois motivos.

Em primeiro lugar, ele reforça a convicção de que o Banco Central poderá continuar em ritmo forte de redução da taxa básica de juros da economia (a Selic), sem que isso cause desconfiança. A constatação de que o BC está reduzindo a taxa de juros de forma sustentável melhora o ambiente de negócios. Pois da previsibilidade aos empresários.

Depois, a queda continuada da inflação resultará em aumento da renda real da população, ou seja, em aumento da capacidade de consumo das famílias. Não é possível falar em volta do crescimento econômico sem melhoria no poder aquisitivo da população. O aumento do consumo dependerá também da normalização das operações de crédito, que foram afetadas pelo elevado endividamento das famílias e das empresas.

A recente melhora do ambiente foi constatada por pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). O Índice de Confiança Empresarial (ICE) – que agrupa os setores de serviço, indústria, construção civil e comércio – subiu 3,8 pontos percentuais entre dezembro e janeiro. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu de 73,1 pontos para 79,3 pontos – a maior alta desde janeiro de 2006. Embora avançando, os dois índices continuam em terreno pessimista.

Os chamados indicadores antecedentes da atividade econômica para janeiro ainda não são conhecidos. Mas, em dezembro, eles apresentaram melhoria significativa. A produção de papelão ondulado, caixa, acessórios e chapas, um dos indicadores clássicos do nível da atividade, apresentou um crescimento de 1,3% na comparação com

o mês anterior, já desazonalizado.

Um dos dados mais impressionantes foi a elevação de 4,8% no movimento do pedágio de veículos pesados em dezembro, em comparação com novembro. O consumo de energia elétrica, outro indicador antecedente clássico do nível de atividade, subiu 0,6%, enquanto as importações do país apresentaram elevação de 3,7%.

Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) informou que houve crescimento de 3,9% nos investimentos em dezembro, na comparação com novembro de 2016, na série com ajuste sazonal.

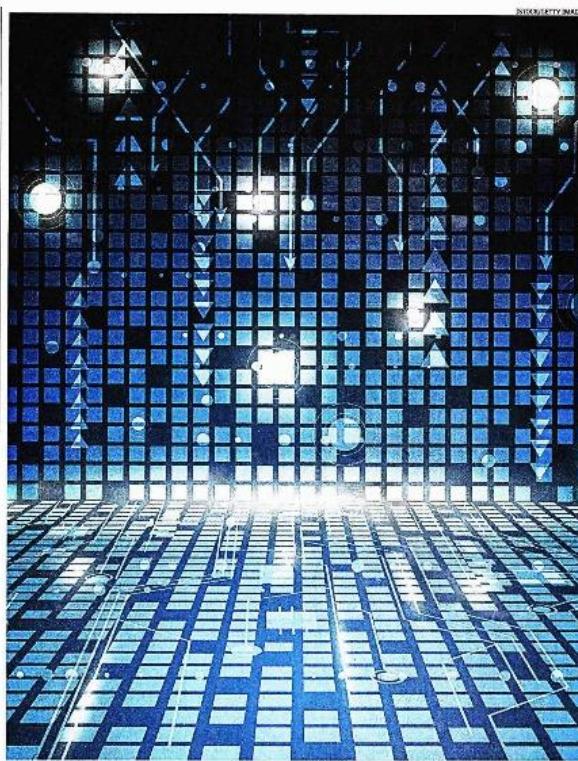
Apesar da melhoria da confiança de empresários e consumidores, porém, alguns dados de janeiro não reagiram. O licenciamento de veículos (automóveis, comerciais leves, motocicletas, caminhões e ônibus) medido pela Fenabrade, entidade que reúne as concessionárias, recuou 3,2% de dezembro para janeiro, segundo cálculos dessazonalizados pela MCM Consultores.

O movimento das lojas da cidade de São Paulo caiu 5% em janeiro sobre igual mês de 2016, com retração de 3,8% e 6,2% nas compras a prazo e à vista, respectivamente, segundo a Associação Comercial de São Paulo (Acsp).

De outro lado, o índice da FGV que mede o nível de utilização da capacidade instalada da indústria (Nuci), avançou de 72,9% para 74,6% de dezembro para janeiro.

Embora ainda contradiatórios, a maioria dos dados disponíveis parece apontar na direção da retomada do crescimento. Ela pode não acontecer no primeiro trimestre deste ano, que poderá registrar uma estabilização econômica, como projeta parte expressiva dos analistas do mercado. Mas tudo indica que no segundo trimestre o país já estará crescendo.

O clima de maior otimismo parece resultar da constatação feita pelo economista Arminio Fraga, em recente entrevista ao jornal O Estado de São Paulo. Ele disse que "tinha sensação de que o Brasil era um trem desgovernado passou". E, convenhamos, isso não é tudo, mas também não é pouco. Cabe ao governo continuar encaminhando as reformas econômicas indispensáveis para o equilíbrio das contas públicas e para a melhoria do ambiente de negócios.



Desde 1967 agência investe em novos mercados, novas áreas de conhecimento. Por Marcos Cintra

A Finep e o BNDES são indispensáveis para o país

Debates sobre a melhoria da gestão pública tomam as páginas da grande imprensa e é natural que haja alguma polêmica, dadas as diferentes perspectivas que se apresentam. Entre elas, causa surpresa a opinião do economista Nísio Teixeira, que defende a abertura da Finep pelo BNDES em artigo publicado em 17/1/17. Não é uma ideia nova, já manifestada em outro artigo do mesmo autor, publicado em agosto do ano passado com o título de "Privatizações reduzem subsídios".

Trata-se de um viés racional-gerencialista que pretende eliminar a possibilidade de sobrepreço dos apoios concedidos pelo Estado. Há mérito, mas não se pode dar crédito à proposta, dados os modelos institucionais que estão postos.

O BNDES é um banco. Tem um ethos que prioriza o financiamento público para a reprodução do capital, contribuindo para o crescimento econômico e a geração de empregos com a aplicação de modelos que concedem estímulos para que o empresariado acelere se sujeitar ao risco econômico inerente aos seus investimentos.

A Finep é uma agência de fomento. Seus financiamentos lidam com o mesmo risco econômico, mas acrescidos das incertezas tecnológicas dos projetos apoiados.

Desde 1967, a Finep se notabilizou por financeirar o futuro: investimentos em novas áreas de conhecimento, novos mercados, novas tecnologias. É essencial para o investimento na infraestrutura de pesquisa nacional, e seu trabalho promove sinergias com o CNPq, as fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e outras instituições públicas federais e estaduais. Além disso, a Finep exerce um papel indutor, aproximando a Universidade e a Indústria para viabilizar o desenvolvimento de inovações que não seriam concretizadas de forma es-

porada, porto) ou privada (expansão produtiva). A Finep, por sua vez, corre riscos e se sujeita às incertezas inerentes aos desafios tecnológicos da inovação de seus projetos apoiados. Tem seus projetos internos orientados para isso, e sabe lidar com os revéses que podem ocorrer quando, a despeito do empenho e boa-fé das organizações apoiadas não geram os retornos esperados.

Não há outra instituição que exerça as atividades de financiamento à ciência, tecnologia e inovação

ao longo dos anos, a Finep trouxe uma trajetória de especialização no fomento a tecnologias e indústrias nascentes, permitindo o desenvolvimento de programas de apoio por meio do financiamento subsidiado a empresas, da concessão de subvenções econômicas à inovação, da participação societária em empresas nascentes, do financiamento à infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica e da promoção da cooperação internacional entre instituições de pesquisa e empresas. As relações firmadas ao longo do tempo permitem construir a construção de competências para harmonizar os interesses da academia e da indústria, algo que é crítico para estimular o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação e de difícil transferência para outra instituição. A eliminação de eventuais "redundâncias" no esforço público, portanto, traça prejuízos terribles, provocando retrocessos graves à ciência, tecnologia & inovação no Brasil.

Ademais, o apoio conjunto de projetos entre BNDES e Finep é virtuoso, pois os empreendimentos em questão são submetidos ao escrutínio de equipes técnicas que obedecem a critérios de seleção e acompanhamento distintos. A ameaça da sobrepreço de financiamentos é mitigada pela própria articulação entre as duas estatais, tal como vem sendo praticado de forma mais intensa nos últimos anos, com a formulação de programas de apoio conjunto

a diversos setores da economia, tais como o complexo da saúde, a cadeia de petróleo & gás, o segmento de energias renováveis, a indústria química e outros.

É bom lembrar que a Finep se desmembrou no passado do BNDES para apoiar a comunidade acadêmica e a engenharia nacionais. Passados cinquenta anos desde então, não há qualquer indício de uma menor relevância da sua missão original. Não há outra instituição no Estado brasileiro que exerça as atividades de financiamento à ciência, tecnologia & inovação como a Finep. Também não diminui a relevância nos projetos que são desenvolvidos por seus beneficiários.

Se houver movimento no Governo para uma racionalização das funções, é mais adequado considerar a transferência da carteira de projetos de inovação do BNDES para a Finep, e não o contrário. É reconhecida a competência do maior banco público do país, mas há que se refletir em como preservar a sua atuação sob uma tensão interna entre os projetos de inovação apoiados e os demais investimentos, para que não sejam todos submetidos à lógica da reprodução do capital que deve proteger a sua carteira.

Sim, é preciso ter cuidado para não haver sobrepreço nos apoios concedidos. Mas o Brasil não pode andar com trânsito da história. Entre as economias mais avançadas onde o setor financeiro privado é capaz de oferecer financiamentos a taxas próximas de zero, há aquelas que não dispõem de um banco público de investimento, mas nem sempre a existência de uma agência de inovação. No Brasil, o BNDES é indispensável para apoiar o investimento, assim como a Finep é indispensável para o apoio à academia e à indústria para o fomento a ciência, tecnologia & inovação.

Marcos Cintra é presidente da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), doutor em Economia pela Universidade Harvard (EUA), professor Titular da Fundação Getúlio Vargas e autor do projeto do Imposto Único.

Redação Adjunta de Redação

Claudia Estrela

Redação de Economia (Economia)

Redação de Correção

Digital

Reportagem

Transmissão (TV e Rádio)

Editor-assessor de Opinião

João Roberto Marinho

Editor-assessor de Jornalismo

Editor-assessor de Marketing

Editor-assessor de Finanças

Editor-assessor de Negócios

Editor-assessor de Inovação

Editor-assessor de Gestão

Editor-assessor de Desenvolvimento Social

Editor-assessor de Desenvolvimento Econômico

Editor-assessor de Desenvolvimento Social

Editor-assessor de Desenvolvimento Social